



# Relatório de Autoavaliação do Agrupamento

*"gente comum que faz coisas extraordinárias por simples razões de decência" - CAMUS*

**2018/2019**

## ÍNDICE

1. Introdução.....	2
2. Enquadramento.....	2
3. A Equipa.....	5
4. Metodologia.....	5
a. Processo.....	5
b. Divulgação.....	6
c. Desenvolvimento do processo.....	6
5. Análise do questionário.....	6
a. Caracterização dos Inquiridos.....	7
b. Resultados.....	8
6. Considerações finais.....	18
7. Documentos consultados.....	19

## 1. Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação que passou a ter caráter obrigatório e para a avaliação externa.

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, que “aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontrem respostas que lhes possibilitem a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social”, foi nosso objetivo apoiar o processo de autoconhecimento da escola, com vista à definição de prioridades de mudança para o desenvolvimento da inclusão.

Este relatório pretende apresentar as conclusões da Equipa de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, relativamente ao Questionário direcionado aos titulares de turma e diretores de turma em exercício neste Agrupamento. O Questionário foi retirado do documento “Para uma educação Inclusiva: Manual de apoio à Prática” - Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE), 2018.

Toda a documentação produzida pela equipa, bem como conclusões mais minuciosas dos instrumentos aplicados estão à disposição de toda a comunidade educativa.

## 2. Enquadramento

A Avaliação e a Qualidade são, nos dias de hoje, temas de atenção e debate na Administração Pública Portuguesa, particularmente nas escolas.

Em Portugal, a preocupação com a Autoavaliação e com a Qualidade surge nas escolas como imperativo legal, e não apenas devido à necessidade de prestação de contas e responsabilização das instituições educativas e dos seus agentes.

A Portaria n.º 1260/2007, de 26 de setembro, veio reforçar a necessidade de as escolas implementarem um sistema de autorregulação, referindo que a celebração de um contrato de autonomia só é possível com a adoção por parte da escola de dispositivos e práticas de autorregulação, entre outros requisitos.

Com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril surge o novo modelo de gestão das escolas portuguesas que sustenta a existência de um Diretor para as escolas públicas, numa estratégia com sentido de conferir mais visibilidade e uma melhor prestação de contas à comunidade por parte da gestão escolar. A capacidade de autorregulação e a procura da qualidade no sistema educativo e nas escolas, são objetivos importantes a que as escolas deverão estar mais atentas, refletindo-se nos documentos estruturantes da escola.

A autoavaliação permite identificar com clareza o que a escola faz bem e no que precisa de melhorar, oferecendo à escola uma oportunidade para aprender a conhecer-se no sentido de atingir a Excelência através de uma efetiva melhoria continuada (Alaíz, Góis, & Gonçalves, 2003).

Os objetivos da autoavaliação são os seguintes:

- Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da organização da escola e dos seus níveis de eficiência e eficácia;
- Assegurar o sucesso educativo baseado numa política de qualidade, exigência e responsabilidade;
- Incentivar ações e processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados da escola;
- Garantir a credibilidade do desempenho da escola.

O processo de autoavaliação implica um planeamento adequado de toda a atividade da escola numa perspetiva de gestão escolar de excelência, através de processos de melhoria contínua ao ritmo possível de cada escola e em função dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do respetivo processo.

Uma das Sugestões de Melhoria decorrente do Inquérito de Autoavaliação do ano letivo 2017/2018 era “Reforçar a aprendizagem cooperativa, diferenciação pedagógica e metodologia de projeto, de forma a potenciar o sucesso e as aprendizagens.”

Tendo por base o ao Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, e acreditando que os professores e as escolas fazem a diferença quando se trata de inclusão, é pertinente verificar até que ponto o compromisso social da escola e os atos de ensinar e de aprender são promotores da inclusão neste Agrupamento e de que maneira os professores titulares de turma, no Pré-Escolar e no 1ºCEB, e os diretores de turma no 2ºe 3º CEB, Secundário e Profissional, têm perceção da existência de culturas e políticas inclusivas e de que modo promovem as práticas de inclusão.

Servimo-nos do Anexo 1. do “Para uma educação Inclusiva: Manual de apoio à Prática” - Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2018, *Questionário da*

autoria de Mel Ainscow e Tony Booth, adaptado pela equipa do Manual de Apoio, pois achámos que correspondia ao que pretendemos.

### 3. A Equipa

A Equipa de Autoavaliação (EAA) é constituída por: Teresa Faria representante da direção; Manuel Cruz (3º ciclo e secundário) do Departamento de Expressões; Helena António (3º ciclo e secundário) do Departamento de Línguas; Fátima Matos (2º ciclo) do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais; Cristina Leirião, do Departamento do 1º Ciclo; Manuela Carvalho, da Educação Especial e Ana Fernandes do Departamento da Educação Pré-Escolar, que coordena esta Equipa.

### 4. Metodologia

#### a) **Processo**

Esta Equipa, apesar de constituída em setembro por designação da direção do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, só inicia verdadeiramente funções em fevereiro de 2019, altura em que lhe é apresentado o Relatório de Autoavaliação de 2017/2018.

Após análise do Relatório de Autoavaliação de 2017/2018, verificando algumas sugestões de melhoria nele contidas, tais como: “Reforçar a aprendizagem cooperativa, a diferenciação pedagógica e metodologia de projeto, de forma a potenciar o sucesso e as aprendizagens” ; tendo em conta as reflexões pertinentes relativas ao Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho e Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho; verificando que o tempo que restava até final do ano letivo poderia ser pouco para uma Autoavaliação mais arrojada, foi decidido que no presente ano letivo a **Inclusão** iria ser o alvo de Autoavaliação.

A leitura de “Para uma Educação Inclusiva: Manual de apoio à Prática” - Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2018, foi alvo da atenção da EAA. Verificando a existência de um questionário que vinha ao encontro do nosso objetivo, não hesitámos em adotá-lo e adaptá-lo ao universo por nós delimitado: titulares de turma e diretores de turma. A delimitação do universo deveu-se à perceção de que o alargamento a todos os professores traria um trabalho acrescido que poderia não estar ao nosso alcance tratar durante o presente ano letivo, e ao facto de considerarmos que este Universo seria suficientemente representativo.

## b) Divulgação

Em maio o questionário foi enviado por *mail* a todos titulares de turma e diretores de turma de todos os estabelecimentos de ensino que compõem o agrupamento de escolas, com o devido enquadramento através de nota explicativa.

## c) Desenvolvimento do processo

Entendemos a avaliação como um processo sistemático de recolha de dados sobre um determinado objeto (o Agrupamento, neste caso), de modo a obter informação válida e fiável, fundamental para a tomada de decisões, que contribua para a melhoria do seu nível de desempenho e de prestação de serviços.

O questionário possibilita ao Agrupamento conhecer a opinião dos professores Titulares/Diretores de Turma relativamente a questões relacionadas com a Inclusão. O questionário é constituído por itens estruturados de resposta fechada de escolha múltipla. Foi dirigido à totalidade dos professores titulares/diretores de turma de todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento, numa amostra de 124 professores, tendo sido disponibilizado em suporte digital - *google-docs*.

## 5. Análise do questionário

O questionário é composto por três dimensões:

⊙ **Dimensão A - Criar Culturas Inclusivas** que implica uma cultura de colaboração e partilha de valores e atitudes vivenciados por toda a comunidade educativa que encoraja e apoia a inclusão.

⊙ **Dimensão B - Criar Políticas Inclusivas** que consideramos como o exercício de cidadania da comunidade educativa, operacionalizado através da promoção do sucesso educativo.

⊙ **Dimensão C - Promover Práticas Inclusivas** que implicam planeamento, envolvimento, trabalho colaborativo de professores com a comunidade educativa, promovendo a participação e a aprendizagem de todos os alunos.

### a) Caracterização dos Inquiridos

O questionário foi enviado a 70 titulares de turma: 23 do pré-escolar e 47 do 1º ciclo e a 54 diretores de turma: 14 do 2º ciclo, 24 do 3º ciclo, 11 do secundário e 5 do profissional, distribuídos por 34 estabelecimentos de ensino que compõem o Agrupamento.

- |  |   |
|--|---|
| ● Escola Secundária de Porto de Mós        | ● Jardim de Infância de São Bento       |
| ● Escola Secundária de Mira de Aire        | ● Escola Básica de São Bento            |
| ● Escola EB2 Dr. Oliveira Perpétua         | ● Jardim de Infância de São Jorge       |
| ● Jardim de Infância de Alvados            | ● Escola Básica de São Jorge            |
| ● Jardim de Infância de Alqueidão da...    | ● Jardim de Infância de Serro Ventoso   |
| ● Escola Básica de Alqueidão da Serra      | ● Escola Básica de Serro Ventoso        |
| ● Jardim de Infância de Arrimal            | ● Jardim de Infância de Mira de Aire... |
| ● Escola Básica de Arrimal                 | ● Escola Básica de Mira de Aire N.º 1   |
| ● Jardim de Infância de Calvaria de C...   | ● Jardim de Infância de Juncal          |
| ● Escola Básica de Calvaria de Cima        | ● Escola Básica de Juncal               |
| ● Jardim de Infância de Cumeira de...      | ● Jardim de Infância de Mendiga         |
| ● Escola Básica de Cumeira de Cima         | ● Escola Básica de Mendiga              |
| ● Jardim de Infância de Casais Garrid...   | ● Jardim de Infância de Pedreiras       |
| ● Escola Básica de Casais Garridos         | ● Escola Básica de Pedreiras            |
| ● Jardim de Infância de Fonte do Oleiro    | ● Jardim de Infância de Porto de Mós    |
| ● Escola Básica de Fonte do Oleiro         | ● Escola Básica de Porto de Mós         |
| ● Jardim de Infância de Mira de Aire N.º 2 |   |
| ● Escola Básica de Mira de Aire N.º 2      |   |

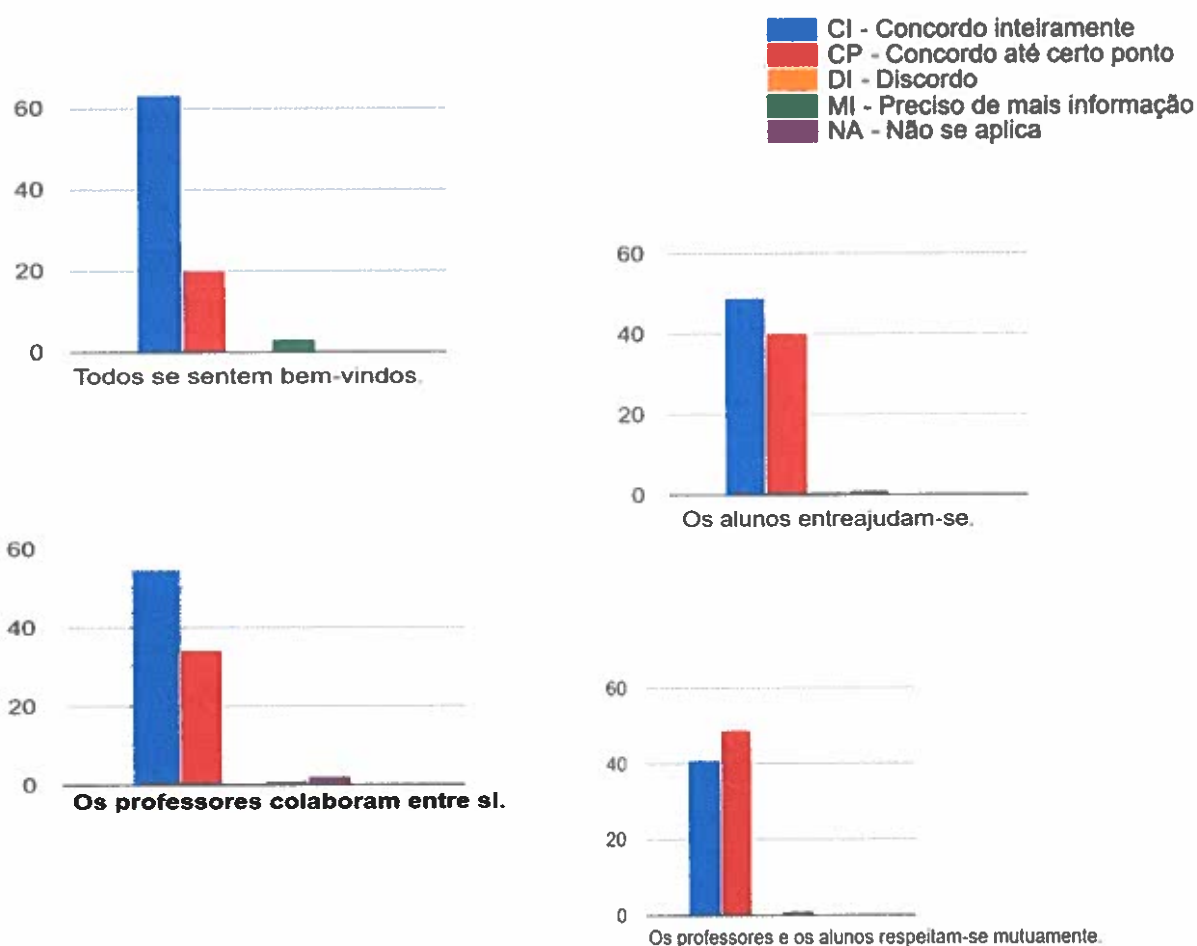
Dos 124 inquiridos obtivemos 91 respostas, correspondendo a 73,4% do universo:

- Dos titulares de turma responderam 52 que correspondem a 74,2% desse conjunto;
- Dos diretores de turma responderam 39 que correspondem a 72,2% desse conjunto.

## b) Resultados

Dimensão A - Criar Culturas Inclusivas

1. Todos se sentem bem-vindos.
2. Os alunos entreatujam-se.
3. Os professores colaboram entre si.
4. Os professores e os alunos respeitam-se mutuamente.



Dos 91 inquiridos, 88 sentem-se bem-vindos. A maioria dos inquiridos concorda que há entreatuja entre os alunos. Dos 91 inquiridos, 88 consideram que a colaboração é prática frequente entre os docentes. O respeito entre professores e alunos é uma prática comum embora não seja sentida por todos com a mesma intensidade.

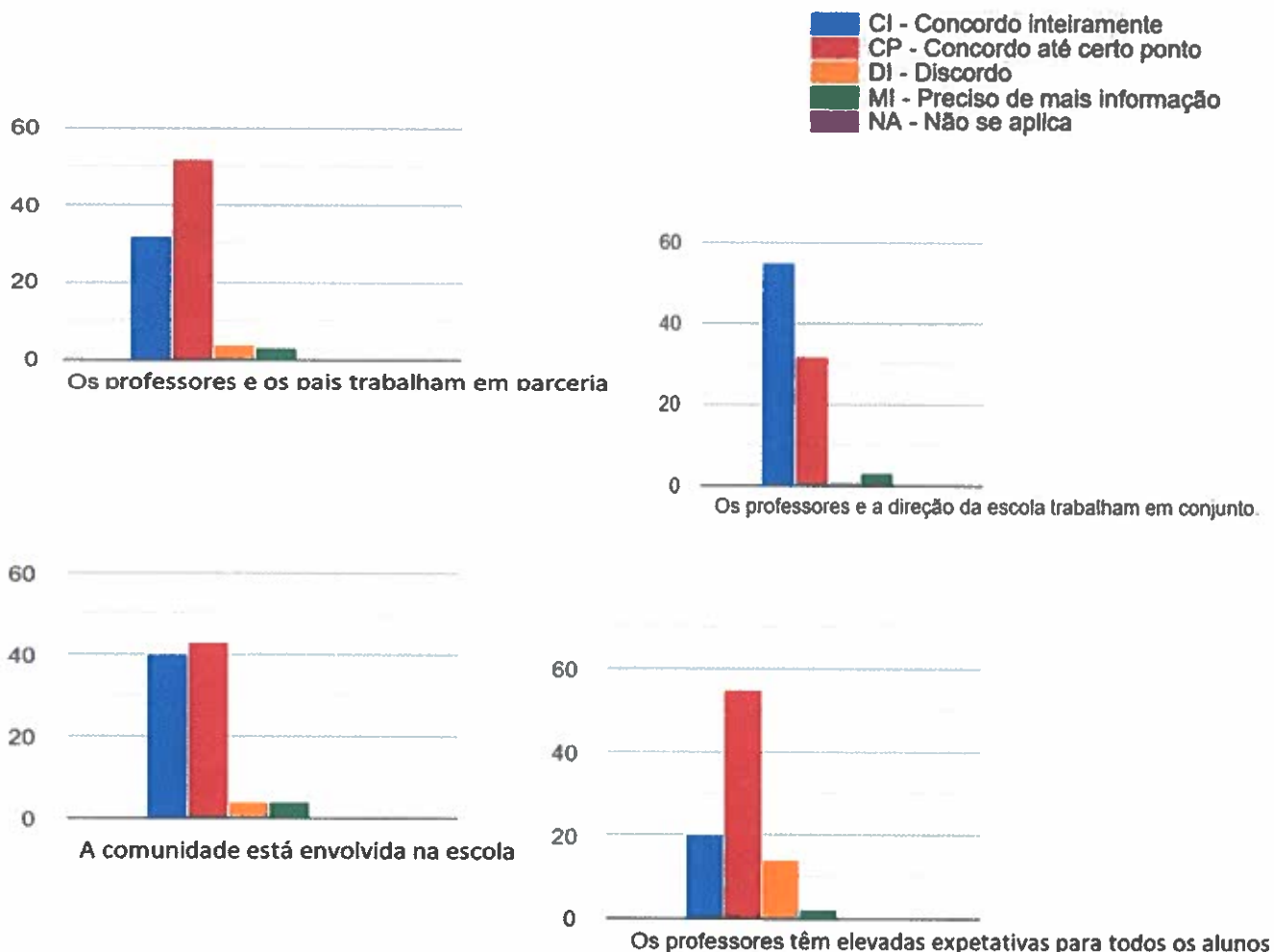


5. Os professores e os pais trabalham em parceria.

6. Os professores e a direção da escola trabalham em conjunto.

7. A comunidade está envolvida na escola.

8. Os professores têm elevadas expectativas para todos os alunos.



Nem sempre pais e professores trabalham em parceria pois 4 dos 91 inquiridos não acreditam nesta prática e 52 apenas concordam parcialmente. Dos 91 inquiridos, 87 consideram que a colaboração é prática frequente entre os docentes e a direção. Dos 91 inquiridos, 83 consideram que a comunidade está envolvida na escola e 4 têm opinião contrária. Grande parte dos inquiridos acha que os professores têm elevadas expectativas para todos os alunos e 14 discordam.

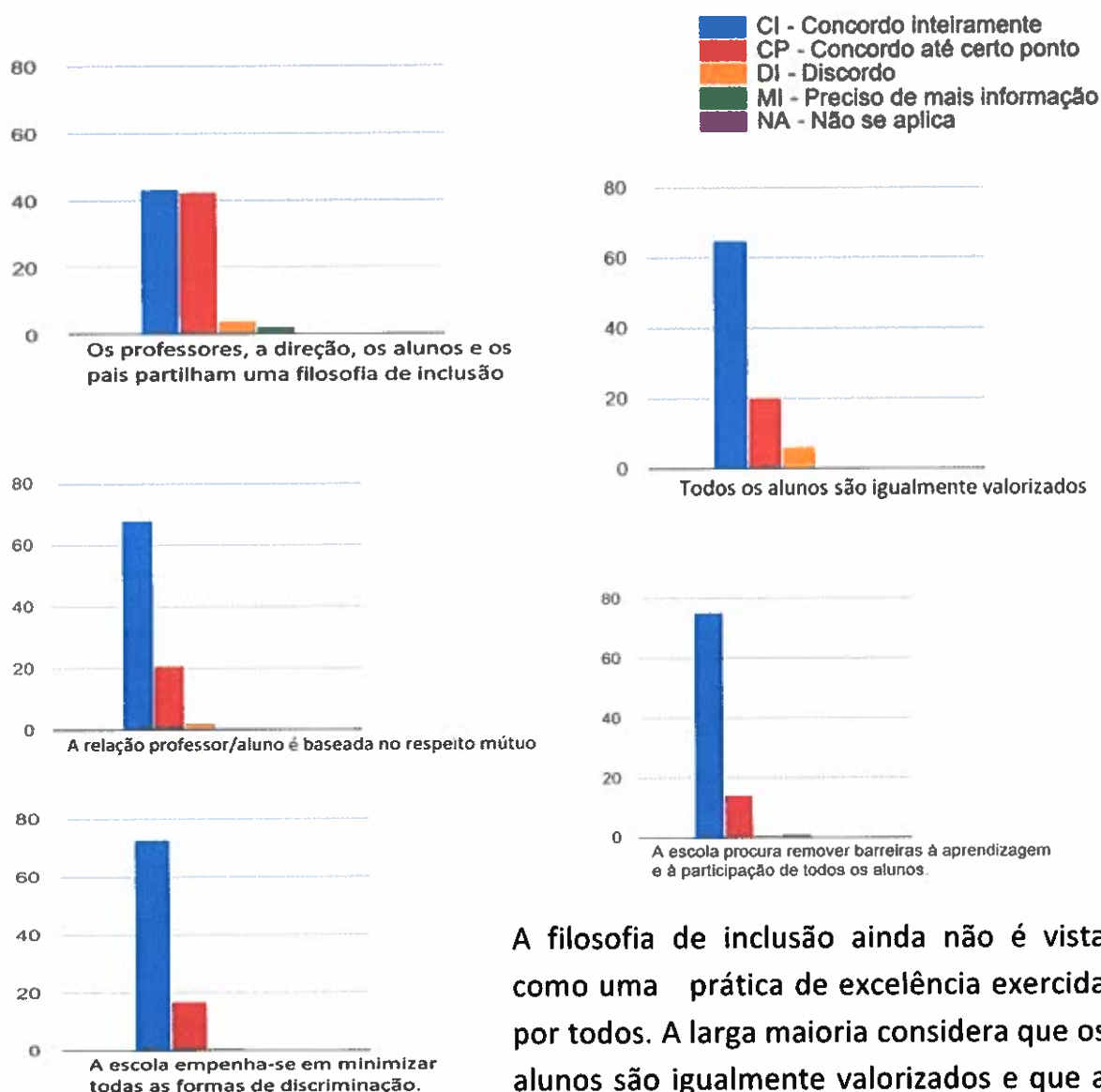
**9. Os professores, a direção, os alunos e os pais partilham uma filosofia de inclusão.**

**10. Todos os alunos são igualmente valorizados.**

**11. A relação professor/aluno é baseada no respeito mútuo.**

**12. A escola procura remover barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos.**

**13. A escola empenha-se em minimizar todas as formas de discriminação.**

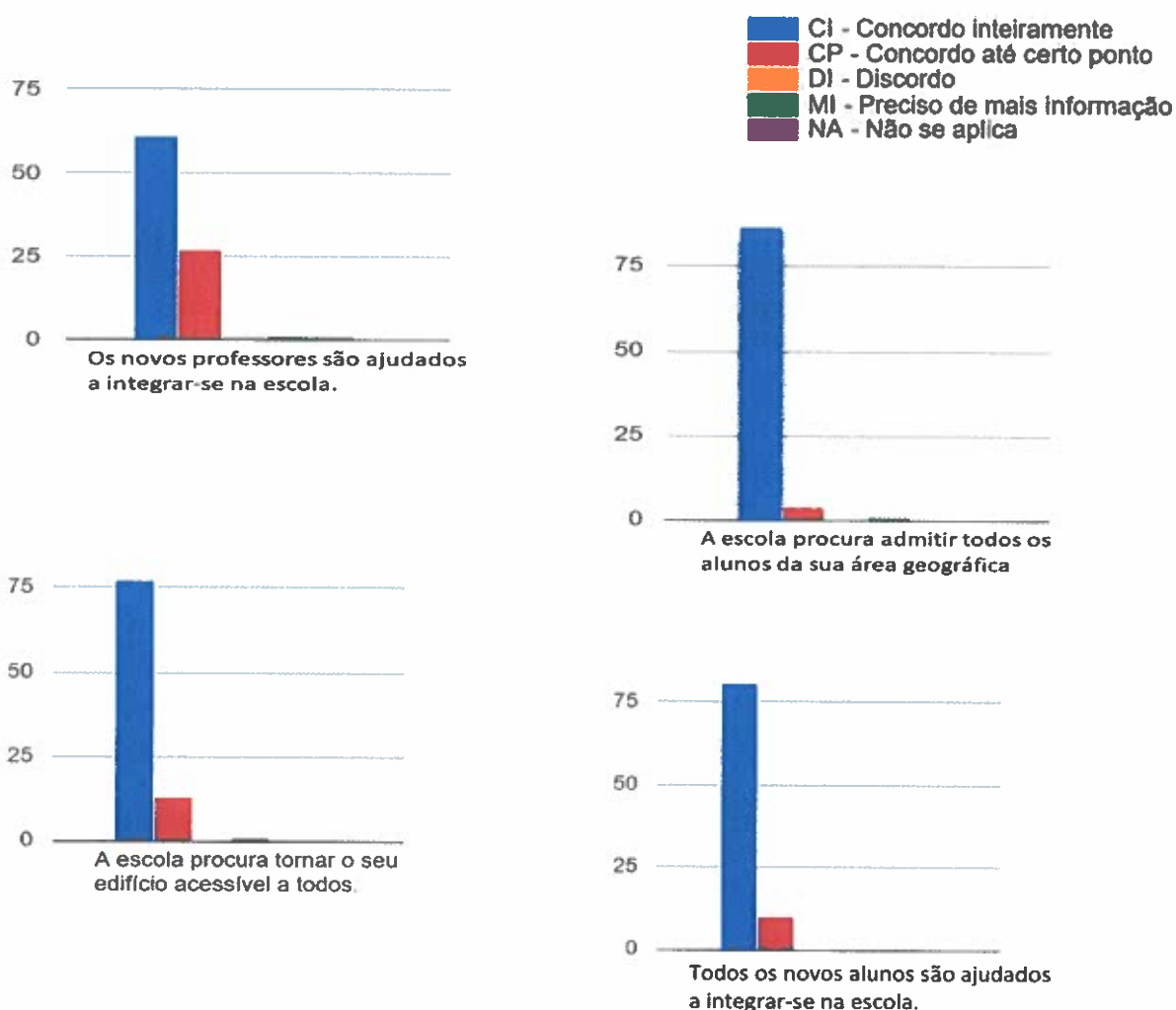


A filosofia de inclusão ainda não é vista como uma prática de excelência exercida por todos. A larga maioria considera que os alunos são igualmente valorizados e que a relação professor/aluno é baseada no

respeito entre docente e discente. Quanto à remoção de barreiras, a escola parece claramente inclusiva. A inclusão é evidente pela não discriminação dos alunos.

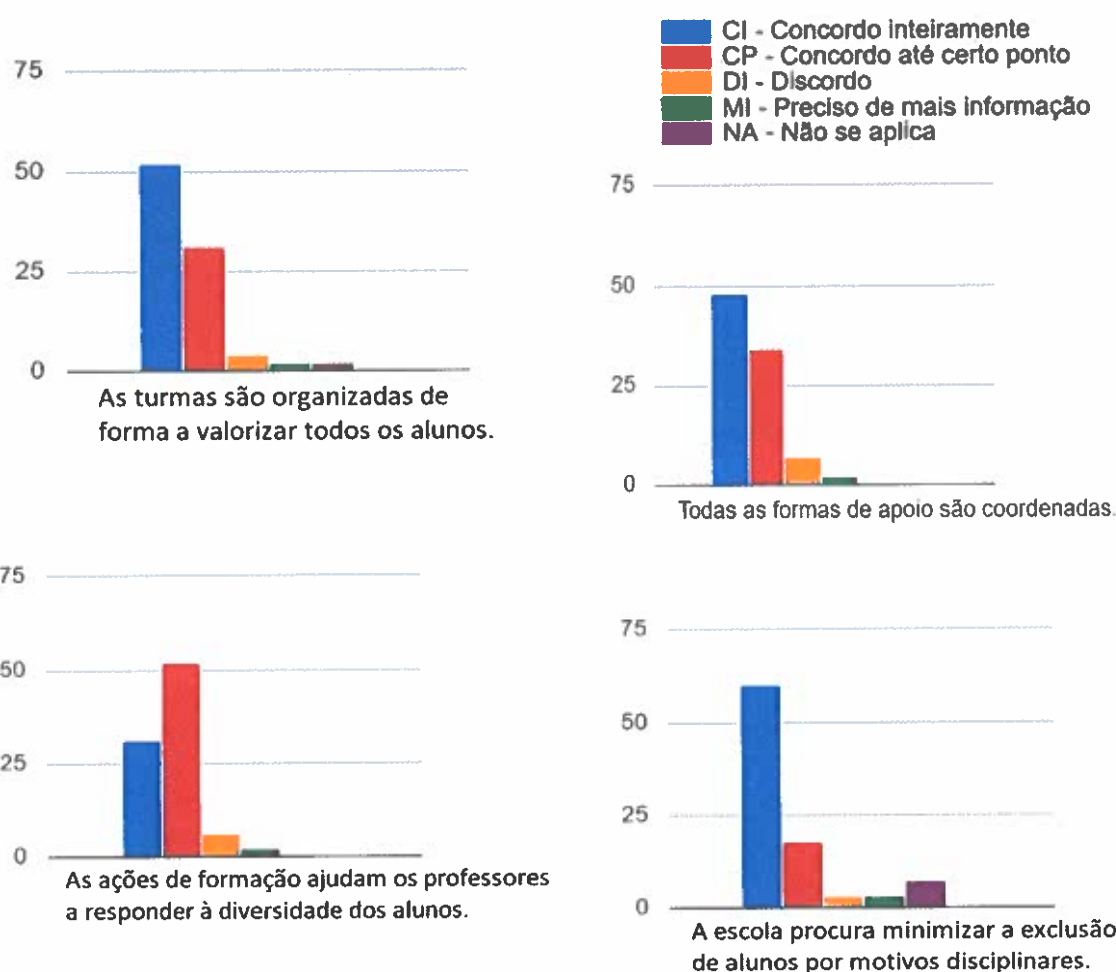
## Dimensão B - Criar Políticas Inclusivas

1. Os novos professores são ajudados a integrar-se na escola.
2. A escola procura admitir todos os alunos da sua área geográfica.
3. A escola procura tornar o seu edifício acessível a todos.
4. Todos os novos alunos são ajudados a integrar-se na escola.



A grande maioria acha que é feito um esforço para a integração de todos os professores. A prática da inclusão mais uma vez se manifesta, todos os alunos são bem-vindos. De acordo com a opinião da maioria tem sido feito um esforço para melhorar as acessibilidades dos estabelecimentos de ensino. É prática comum facilitar a integração de novos alunos.

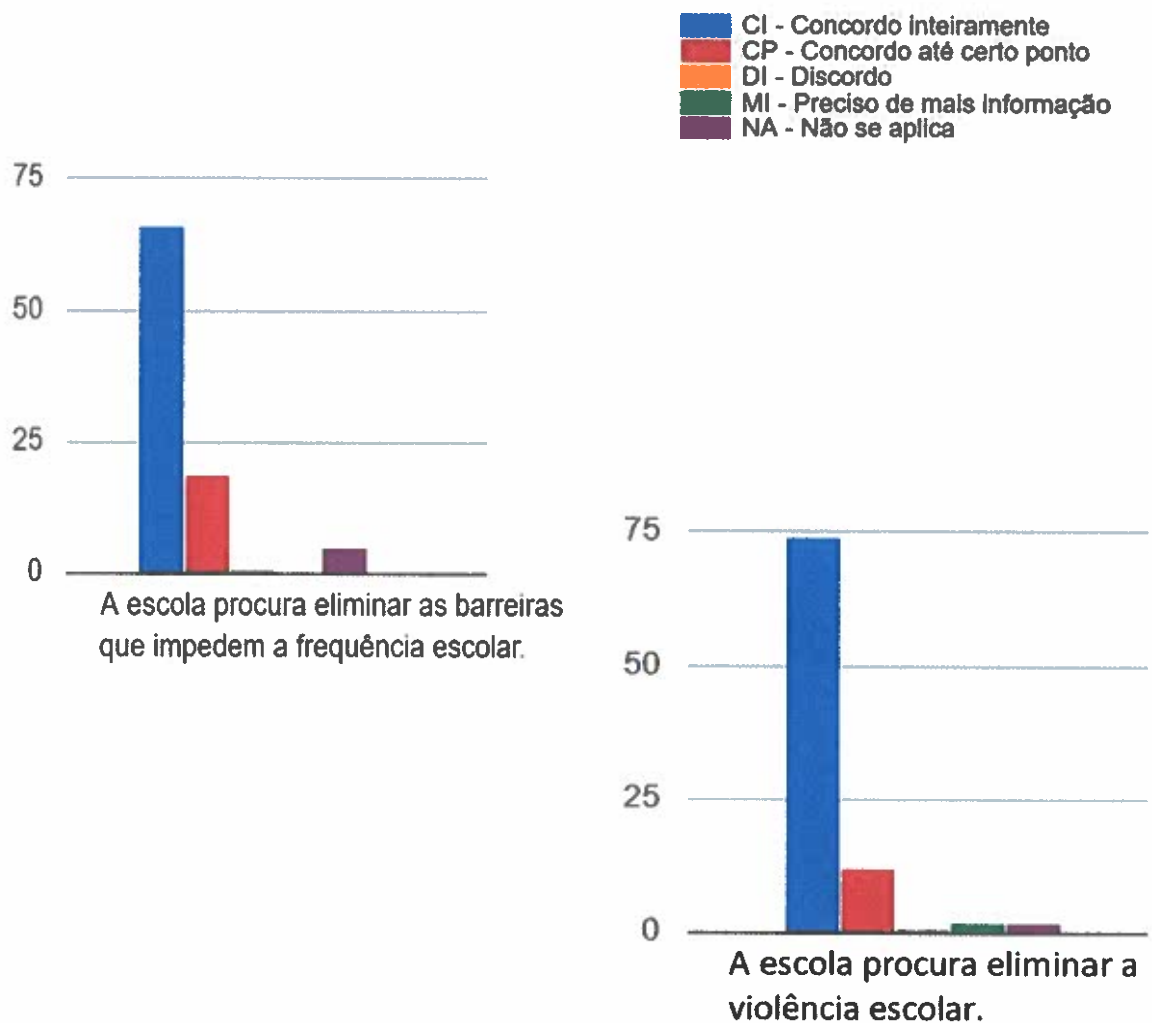
5. As turmas são organizadas de forma a valorizar todos os alunos.
6. Todas as formas de apoio são coordenadas.
7. As ações de formação ajudam os professores a responder à diversidade dos alunos.
8. A escola procura minimizar a exclusão de alunos por motivos disciplinares.



A opinião sobre a formação de turmas de modo a valorizar todos os alunos não é totalmente consensual, no entanto a maioria concorda inteiramente. A opinião sobre a coordenação das formas de apoio é pouco consensual. A maioria considera-as coordenadas. As ações de formação nem sempre vão ao encontro da necessidade dos professores em responder à diversidade dos alunos. A opinião generalizada é que não há uma predisposição para a exclusão.

9. A escola procura eliminar as barreiras que impedem a frequência escolar.

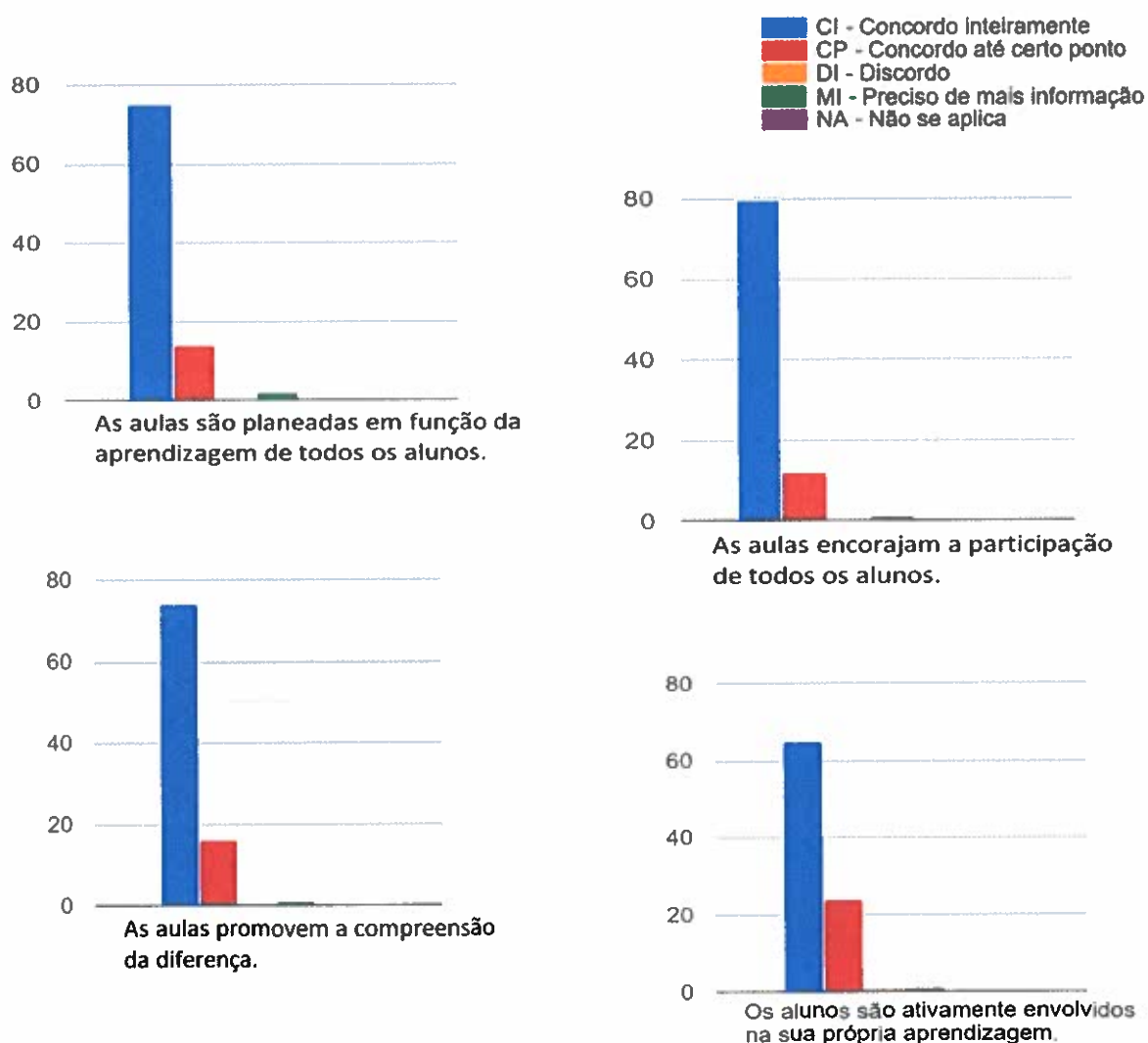
10. A escola procura eliminar a violência escolar.



A procura da eliminação de barreiras é uma prática do Agrupamento. A opinião da maioria é que a escola procura eliminar a violência escolar.

### Dimensão C - Promover Práticas Inclusivas

1. As aulas são planeadas em função da aprendizagem de todos os alunos.
2. As aulas encorajam a participação de todos os alunos.
3. As aulas promovem a compreensão da diferença.
4. Os alunos são ativamente envolvidos na sua própria aprendizagem.



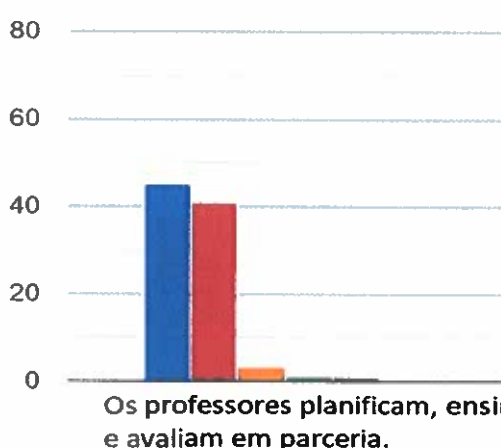
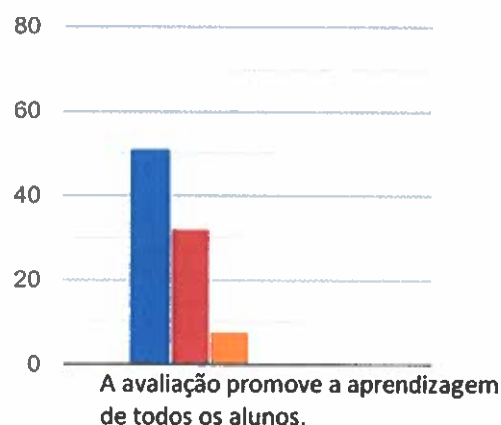
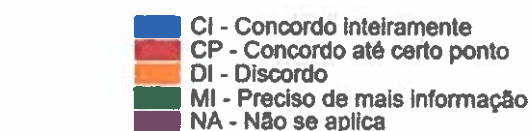
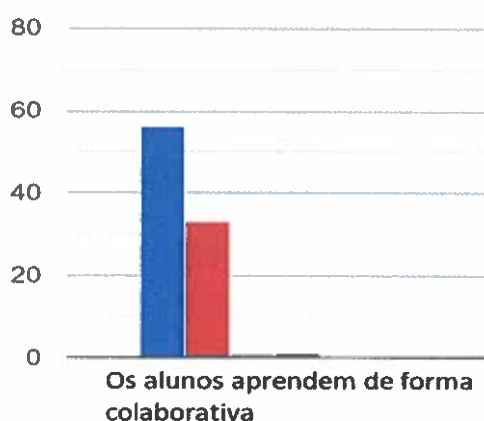
A opinião dos inquiridos é de que as aulas são planeadas em função das aprendizagens de todos os alunos, são encorajadoras à participação dos mesmos e promovem a compreensão da diferença. A grande maioria dos professores têm a noção de que os alunos são ativamente envolvidos na aprendizagem.

**5. Os alunos aprendem de forma colaborativa.**

**6. A avaliação promove a aprendizagem de todos os alunos.**

**7. A disciplina no contexto da sala de aula é baseada no respeito mútuo.**

**8. Os professores planificam, ensinam e avaliam em parceria.**



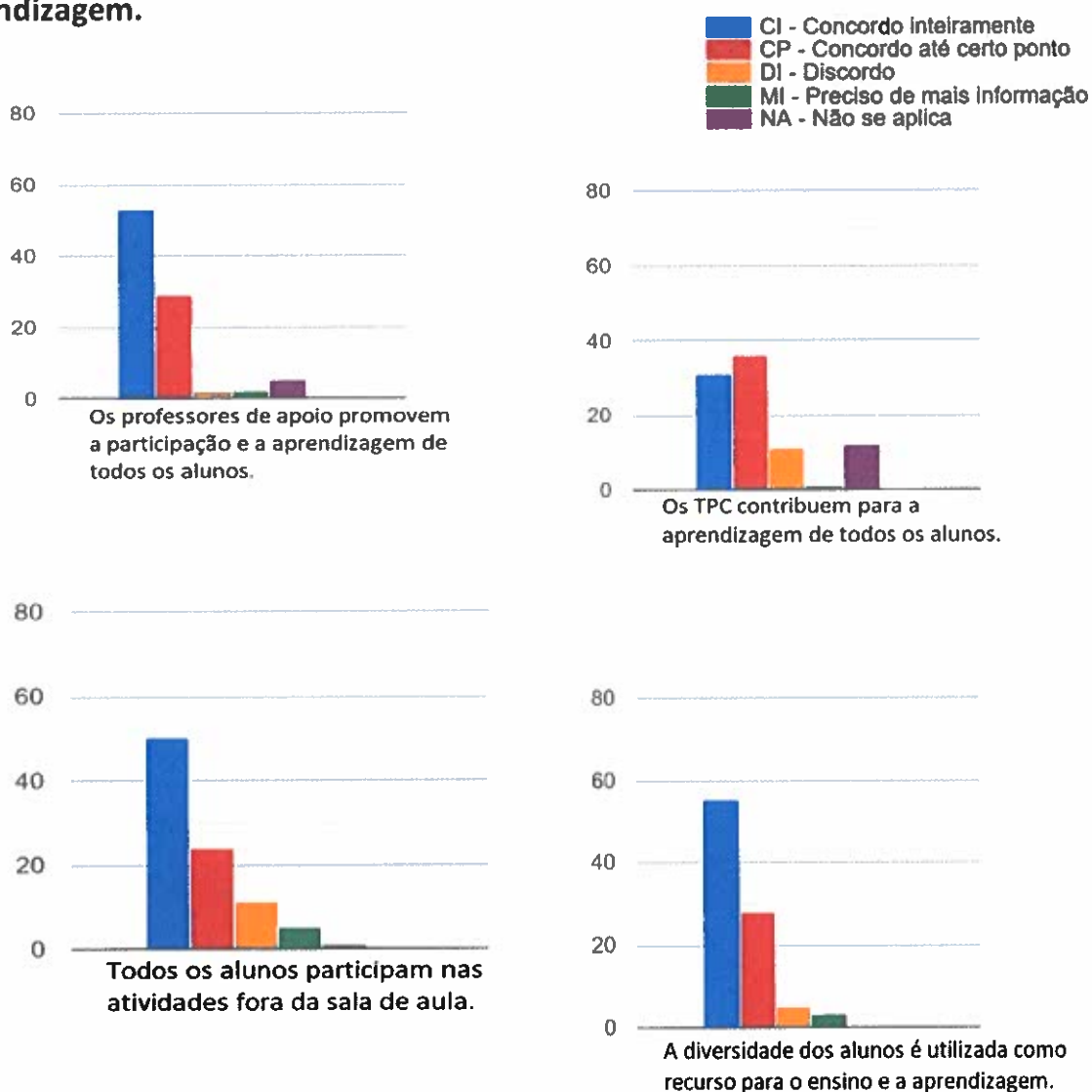
Segundo a opinião da maioria, os alunos aprendem de forma colaborativa. Os inquiridos consideram que a avaliação promove a aprendizagem, embora 8 discordem. A grande maioria considera que a disciplina na sala de aula é baseada no respeito mútuo. Há uma opinião generalizada de que planificar, ensinar e avaliar em parceria é uma prática corrente.

9. Os professores de apoio promovem a participação e a aprendizagem de todos os alunos.

10. Os TPC contribuem para a aprendizagem de todos os alunos.

11. Todos os alunos participam nas atividades fora da sala de aula.

12. A diversidade dos alunos é utilizada como recurso para o ensino e a aprendizagem.



A maioria concorda que os professores de apoio promovem a participação e a aprendizagem de todos os alunos. Não é consensual que os TPC contribuem para a aprendizagem de todos os alunos. A maioria considera que os alunos participam nas atividades fora da sala de aula, embora 11 discordem. A maioria considera que a diversidade dos alunos é utilizada como recurso.



13. O saber dos professores é plenamente utilizado.

14. Os professores desenvolvem recursos para apoiar a aprendizagem e a participação.

15. Os recursos da comunidade são conhecidos e utilizados.

16. Os recursos da escola são distribuídos de forma justa para que possam apoiar a inclusão.



A maioria concorda que utiliza plenamente os seus saberes. A larga maioria desenvolve recursos para apoiar a aprendizagem e a participação. O conhecimento e utilização dos recursos da comunidade não estão a ser completamente potenciados. A maioria considera que os recursos são bem geridos.

## 6. Considerações finais/Conclusão

A opinião geral dos inquiridos é de que neste Agrupamento:

- Há uma cultura de colaboração e partilha de valores e atitudes que encoraja e apoia a inclusão. Porém, é nesta dimensão que há menos consensos;
- O exercício de políticas inclusivas da comunidade educativa permite a promoção do sucesso educativo;
- As práticas inclusivas verificam-se no planeamento, envolvimento e trabalho colaborativo, promotores da participação e da aprendizagem de todos os alunos.

### 🕒 **Sugestões de Melhoria**

Da análise do questionário verificamos que há necessidade de otimizar a realidade do Agrupamento relativamente a todas as dimensões.

**A Cultura de Inclusão terá de ser melhorada em pontos como:**

- Respeito entre professores e alunos;
- Trabalho de parcerias entre pais e professores;
- Envolvimento da comunidade na escola;
- Aumento das expectativas dos professores para todos os alunos.

**Nas Políticas Inclusivas há que promover:**

- Ações de formação que vão ao encontro da necessidade dos professores responderem à diversidade dos alunos.

**Na Promoção de Práticas Inclusivas:**

- Convém repensar em que medida os TPC contribuem para a aprendizagem de todos os alunos;
- Deverá ser feita uma maior divulgação dos recursos existentes na comunidade para alargar a sua utilização.

## 7. Documentos e sites consultados

“Para uma educação Inclusiva: Manual de apoio à Prática” - Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE), p. 11, 2018.

Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro

Portaria n.º 1260/2007, de 26 de setembro

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4159>

<https://www.educare.pt/testemunhos/artigo/ver/?id=12655&langid=1>

[repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5865/1/1999\\_1\\_121.pdf](repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5865/1/1999_1_121.pdf)

<https://esvv.edu.pt/wp-content/uploads/2018/12/Educação-Inclusiva-PPT.pdf>

<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/22389>

*A Equipa de Autoavaliação*

*António Fernandes*